Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

MARINHA GRANDE
centro da engenharia & design

CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE
Minuta de Deliberação

Data: 04/12/2015	Ata nº: 32	Remeta-se a: Chefe da DFTR
Aprovada por:		
Maioria [X]	Unanimidade [ ]	
Observações:		
Carimbo	Proveniência:	
CÂMARA MUNICIPAL DE MARINHA GRANDE PRESENTE EM REUNIÃO DE: - 4 DEZ. 2015 (extraordinária) A Secretária:	Apresentada por:	
A Secretária:	O Presidente	
Título:	**Proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2016: Grande Opções do Plano, Mapa de Pessoal e Orçamento**	

Texto:

Nos termos do ponto 2.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, apresenta-se a proposta de Documentos Previsionais do Município da Marinha Grande para o ano de 2016, constituída pelas Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal e Orçamento.

De acordo com o artigo 28.º, n.º 3 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o mapa de pessoal deve acompanhar a proposta de orçamento.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O PERÍODO DE 2016-2019

Presente proposta das Grandes Opções do Plano, constituída pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipais.

Presente proposta do Plano Plurianual de Investimentos do Município da Marinha Grande no total de 39.197.744,87 € (trinta e nove milhões, cento e noventa e sete mil, setecentos e quarenta e quatro euros e oitenta e *sete cêntimos*) e com um total de financiamento definido para o ano de 2016 de 4.471.845,96 € (*quatro milhões, quatrocentos e setenta e um mil, oitocentos e quarenta e cinco euros e noventa e seis cêntimos*) e de não definido de 20.097.634,00 € (*vinte milhões, noventa e sete mil, seiscentos e trinta e quatro euros*).

Presente proposta do Plano de Atividades Municipais do Município da Marinha Grande no total de 52.175.376,15€ (*cinquenta e dois milhões, cento e setenta e cinco mil, trezentos e setenta e seis euros e quinze cêntimos*) com um total de financiamento definido para o ano de 2016 de 10.713.118,33 € (dez *milhões, setecentos e treze mil, cento e dezoito euros e trinta e três cêntimos*) e de não definido de 265.120,00 € (*duzentos e sessenta e cino mil, cento e vinte euros*) procedendo-se à análise e discussão dos mesmos.

geral@cm-mgrande.pt

Praça Guilherme Stephens | 2430-522 Marinha Grande | tel. (00351) 244 573 300 | fax (00351) 244 561 710 | NIF 505776758

Colocado o documento a votação, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente acta, foi o mesmo aprovado, e nos termos do disposto na alínea c) do nº 1, do art. 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foi deliberado submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º, do mesmo diploma.

MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2016

Presente proposta de mapa de pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande, elaborada nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Colocado o documento à votação, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente ata, foi deliberado submetê-lo a aprovação da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 29.º, n.º 4 da LTFP, conjugado com o artigo 3.º, n.º 2, alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, e artigo 33.º, n.º 1 alínea ccc) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ORÇAMENTO PARA 2016

Presente proposta do Orçamento do Município da Marinha Grande para o ano de 2016, num total de 21.963.341,87 € (*vinte e um milhões, novecentos e sessenta e três mil, trezentos e quarenta e um euros e oitenta e sete cêntimos*) procedendo-se à sua análise e discussão.

Colocados os documentos à votação foram os mesmos aprovados, e nos termos do disposto na alínea c) do nº 1, do art. 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foi deliberado submetê-los à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º, do mesmo diploma.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 3 votos contra dos Srs. Vereadores da CDU e do MPM.

O Sr. Vereador António Santos votou a favor e proferiu a seguinte declaração de voto: (declaração anexa).

O Sr. Vereador Carlos Sognado votou a favor e proferiu a seguinte declaração de voto (declaração anexa)

CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE
PRESENTE
EM REGISTO
- 4 DEZ 2015
A Secretária:

geral@cm-mgrande.pt

Praça Guilherme Stephens | 2430-522 Marinha Grande | tel. (00351) 244 573 300 | fax (00351) 244 561 710 | NIF 505776758

.../...

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira votou contra e proferiu a seguinte declaração de voto:

(declaração anexa).

Os Srs. Vereadores da CDU votaram contra, e proferiram a seguinte declaração de voto:

(declaração anexa)

O Sr. Presidente e a Sra. Vereadora Cidália Ferreira votaram a favor e proferiram a seguinte declaração de voto:

(declaração anexa).

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINHA GRANDE
PRESENTE
EM REUNIÃO
- 4 DEZ. 2015
A Secretária:

OM2016

Declaração de voto, 04-12-2015

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
- 4 DEZ. 2015
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Vou votar favoravelmente este documentos (OM2016), tendo em atenção, o seguinte, a saber:

Um orçamento é, em todas as circunstâncias, um documento relevante para a governação. Sem a sua aprovação, podemos colocar em causa a vida das Instituições de cariz social, os transportes, entre outras atividades que, de forma directa ou indirecta vão, naturalmente, fragilizar a vida das pessoas. As pessoas e a sua dignidade humana devem estar sempre em primeiro...

Não sou dos políticos que querem "quanto pior melhor" para daí tirar dividendos político-partidários.

Sempre defendi, e defendo, que deve governar quem ganhou, nas urnas, as eleições.

Sempre defendi que para uma qualquer organização seja ela política ou não, deve haver consenso, deve haver estabilidade e haver, para além de tudo, um grande sentido de responsabilidade para que se verifique uma boa governabilidade. Sempre em prol das pessoas.

Não será com o meu voto que, quem governa, possa argumentar que não fez, esta ou aquela obra, material ou imaterial, porque tiveram sempre a obstaculização da oposição.

Tenho consciência que muito se podia ter feito ao longo destes mandatos. Sei o que mais se reclama para que as pessoas satisfaçam as suas necessidades. Também sei que precisam (precisamos) de infraestruturas básicas, designadamente, piscina, mercado, saneamento, creches, desmaterialização dos serviços camarários, entre outras... Trata-se de infraestruturas que outros concelhos ou até freguesias, situadas aqui bem perto do nosso, já têm. Trata-se de infraestruturas essenciais para uma vida próspera daqueles que lá vivem.

A proposta das Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2016-2019 e o Orçamento Municipal consubstancia um amplo conjunto de orientações e atividades que devem ser executadas pelos Serviços Municipais ao longo do ano de 2016 e seguintes, esperando nós, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do concelho e a promoção da melhoria das condições de vida da população Marinhense.

Sabemos que não estamos apenas perante uma mudança de modelo, mas de uma alteração estrutural e organizacional da Administração Pública.

PRESENTE
EM REU
- 4 DEZ. 2015
CÂMARA M. DE M

Mas também temos conhecimentos que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o quadriénio de 2016-2019 também se alicerçam na situação económica e financeira favorável do Município da Marinha Grande, plasmada no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses reportado ao ano de 2014, a saber:

" 1.º Lugar no ranking global dos cinco melhores municípios do Distrito de Leiria;
" 2º Lugar no ranking global dos 25 melhores municípios de média dimensão;
" 22º Lugar no ranking dos municípios com melhor índice de dívida total.
" 22.º Lugar no ranking global da eficiência financeira do exercício dos 25 melhores município de média dimensão.
" 25.º No ranking dos municípios que apresentam maior independência financeira, considerando que os recursos financeiros provêm maioritariamente de receitas próprias.
37.º Lugar no ranking dos municípios com grau de execução de Despesas Comprometidas inferior ou igual ao grau de execução de receitas liquidadas, ou seja, os municípios que, na sua gestão orçamental, procuram acautelar a imprevisibilidade de cobrança da receita liquidada e que menos propensões apresentam para a existência de dívida.

Também os limites de endividamento estabelecidos nos termos da Lei das Finanças Locais estão a ser amplamente cumpridos.

Só por estes factos descritos supra, é sinónimo de regozijo, mas faltam, de facto, obras que há muito andam a ser prometidas e, até à presente data, ainda estão por fazer, o que lamentamos profundamente.

De harmonia com o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial para a Região de Leiria, o Município da Marinha Grande estabeleceu como prioridade de investimento as ações descritas, infra:

- Investir na educação;
- Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores;
- Apoiar infraestruturas e equipamentos sociais

-Destacamos:

- Rede de ciclovias e vias pedonais da Marinha Grande

- Rede de ciclovias e vias pedonais da Marinha Grande

- Centro de interface de transportes urbanos

- Habitar ao centro: Reabilitação integral de edifícios

- Reabilitação integral de edifício para apoio aos equipamentos instalados no Património Stephens

- Reabilitação integral do edifício para apoio ao Jardim Municipal Luís de Camões

- Reabilitação do espaço envolvente às intervenções no edificado do Centro Histórico

- Reabilitação integral de edifício público para instalação de um espaço comunitário-loja e cantina social, com investimento no montante de 230.000,00 Euros;

- Centro da Marinha Grande - um centro ao ar livre;

- Reabilitação dos edifícios de habitação social do bairro municipal de Casal de Malta e Praceta da Liberdade.

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
- 4 DEZ. 2015
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Em concreto, estão definidas para 2016, as seguintes obras

- GRANDES REPARAÇÕES NO PARQUE DE HABITAÇÃO SOCIAL;

- REQUALIFICAÇÃO URBANA DO ESPAÇO PÚBLICO - BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO;

- SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS NAS TRUTAS;

- SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS NA AMIEIRA;

- SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS EM PICASSINOS;

- OUTRAS CONSTRUÇÕES E REMODELAÇÕES DIVERSAS NO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHODA MARINHA GRANDE;

- CONSTRUÇÃO DO FURO DE CAPTAÇÃO EM PICASSINOS;

- EXECUÇÃO DE PIEZÓMETRO DE PESQUISA PARA EVENTUAL EXPLORAÇÃO NO PILADO;

- OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DO FURO AC3 – PEDRULHEIRA;

- OBRAS DIVERSAS NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ALTA;

- CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA NA ESTRADA DE LIGAÇÃO DE VIEIRA DE LEIRIA À PRAIA DE VIEIRA DE LEIRIA COM LIGAÇÃO ÀESTRADA ATLÂNTICA-INFRAESTRUTURAS REDE ÁGUAS;

- AQUISIÇÃO E GRANDE REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTO BÁSICO PARA ABASTECIMENTO EM ALTA;

- REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA DA ALEGRIA, RUA DAS FLORES, RUA COMENDADORSANTOS BAROSA E TRAVESSA VIEIRA DE LEIRIA;

- REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM DIVERSOS ARRUAMENTOS NO LUGAR DAS TRUTAS;

- ESTUDOS E PROJETOS NO ÂMBITO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA;

- CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA NA ESTRADA DE LIGAÇÃO DE VIEIRA DE LEIRIA À PRAIA DE VIEIRA DE LEIRIA COM LIGAÇÃO ÀESTRADA ATLÂNTICA;

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
- 4 DEZ 2015
CÂMARA M. DE MARINHA

- REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DA REPÚBLICA EM VIEIRA DE LEIRIA;

- OBRAS DE REABILITAÇÃO NA CASA MUSEU AFONSO LOPES VIEIRA - S. PEDRO DE MOEL;

- REQUALIFICAÇÃO DOS CAMPOS DE TÉNIS DA ZONA DESPORTIVA DA MARINHA GRANDE;

- REABILITAÇÃO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO NERY CAPUCHO;

- REQUALIFICAÇÃO DO PAVILHÃO 3 DO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2015;

- CONSTRUÇÃO DA LIGAÇÃO DE ACESSO DA ZONA SUL DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE À AUTOESTRADA A8;

- REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA – EMBRA;

- REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS ANDORINHAS;

- OUTRAS OBRAS DE REMODELAÇÃO E PAVIMENTAÇÕES DIVERSAS NA FREGUESIA DA MARINHA GRANDE;

- BENEFICIAÇÃO DA RUA DA VITÓRIA - ORDEM;

- REQUALIFICAÇÃO DA RUA 10 DE JUNHO - MOITA;

- OUTRAS OBRAS DE REMODELAÇÃO E PAVIMENTAÇÕES DIVERSAS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE;

- BENEFICIAÇÃO DA RUA ESQUERDA – MOITA;

- REDE VIÁRIA NO ÂMBITO DAS INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO DAS TRUTAS-FASE 1;

- REDE VIÁRIA NO ÂMBITO DAS INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO DA AMIEIRA;

- REQUALIFICAÇÃO DA RUA JOAQUIM MATIAS E TRAVESSA DO COTOVELO;

Pela panóplia de obras suprareferênciadas, que o executivo pretende fazer ou pelo menos começar no exercício de 2016, nota-se uma clara, nítida e inequívoca pretensão de aproximação daquilo que sempre ansiei que fosse realizado em benefício das populações marinhenses, vieirenses e moitenses. Encaixam perfeitamente no nosso programa eleitoral, quer no de 2009 quer no de 2013.

Pensamos ser desta vez que "arranca" a desmaterialização dos serviços municipalizados. Na campanha de 2009, designamo-la por "Câmara amiga do cidadão".

Houve um dever de cuidado extremo de satisfazer em termos de infraestruturas todas as freguesias do concelho de Marinha Grande, ao nível de requalificação, desporto, saneamento, rede de abastecimento de água e acção social.

Mas lamentavelmente, neste preciso momento, ainda andamos a discutir onde fica o mercado municipal ou a piscina. Acredito que o mercado não seja construído no mais curto espaço de tempo, tendo em atenção as divergências de opinião e falta de consenso, por parte da Vereação, principalmente quanto à sua localização. As tendas medievais estão para continuar.

Ainda não temos saneamento básico concluído, nem perto disso, nem o centro histórico revitalizado.

Nas variantes já nem se fala ou escreve mas que tanta falta faz para descongestionar o centro da cidade.

PRESENTE
EM REUNIÃO DE
- 4 DEZ. 2015
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

A zona Industrial precisa de ser alargada.

Precisamos, ainda, de um terminal rodoviário.

Cada vez mais, torna-se imperioso apostar na inovação e no desenvolvimento sustentável.

Estas medidas eram o mínimo que se podia exigir a um executivo que tem governado com estabilidade porque para além de ter ganho as eleições autárquicas, a oposição tem sido condescendente.

Porque faço parte dessa oposição responsável, não utilizo a politica do não só para dizer não. Lá vai o tempo, penso eu, para ser uma verdadeira e genuína oposição, era votar sempre contra. Se tal não sucedesse, já não era considerada oposição musculada.

Seria descontextualizado e, até irresponsável, estar a exigir tudo o que falta, tudo o que não foi feito ao longo destes mandatos por não ter havido a capacidade de concretizar o que descrevemos supra. Não vou por essa vertente.

Se, porventura, um documento desta envergadura não é aprovado, a gestão, verdadeiramente dita, para o futuro, deixa de ser feita e passa a ser uma mera gestão. Como dizia o professor Mota Pinto: "uma gestão comedida e sem grandes cavalgadas" A gestão camarária passa a fazer-se sem que se possam vislumbrar grandes desenvolvimentos ou melhorias para a população Marinhense, Vieirense e Moitense. E isso eu não quero.

O concelho estagnaria mais do que aquilo que já se encontra para além da sua solvibilidade ficar fortemente afectada.

Também sempre afirmei que o poder local deve governar pelo espaço de tempo previamente estipulado (4 anos). Devemos, em todas as circunstâncias, aceitar o voto popular. São estes, e só a estes, a quem compete decidir quem os deve governar.

Espero sinceramente que tudo o que tenho defendido, ao longo deste mandato, para bem da população do concelho de Marinha Grande, seja concretizado ou pelo menos começado em 2016, principalmente para as obras de grande vulto.

Ser Vereador pelo PPD/PSD, como independente, não me obriga a perder a noção do cargo que para o qual democraticamente e legalmente fui eleito e muito menos a perverter a minha dignidade e o meu caracter, em função daquilo que eu considero serem os superiores interesses do povo do Concelho da Marinha Grande e, ainda de todos os que confiaram em mim, quando depositaram o voto nas urnas. Como tal, fiel às minhas ideias, convicções e princípios, sigo e sempre seguirei aquilo que a minha consciência me diz que é o mais correcto. O humanismo está acima das vontades ou dos interesses humanos momentâneas, em função dos momentos vividos. O meu voto de aprovação do Orçamento para 2016, não é mais do que um voto contra a possível estagnação do nosso Concelho. Apesar de todas as possíveis diferenças de opinião que possam existir (e existem), não deixarei de me bater nas várias vertentes que ao longo do ano irão ser promovidas e debatidas.

O que eu considerar ser o melhor para a Marinha Grande, Vieira e Moita, estará sempre em cima da mesa, com propostas, alternativas ou sugestões para uma governação autárquica que contribua para o bem comum.

CMMG, 04 de Dezembro de 2015

O Vereador Municipal eleito pelo PPD/PSD, como independente.

António Santos

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
- 4 DEZ. 2015
CÂMARA M. DE MARINHA

PROPOSTA DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2016: GRANDE OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL E ORÇAMENTO

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
- 4 DEZ. 2015
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

(...)

O Sr. Vereador Carlos Logrado votou a favor e proferiu a seguinte declaração de voto:

"Esta nova versão do orçamento agora aprovada é um orçamento de compromisso e diálogo. Este orçamento não é o orçamento do + Concelho. É um orçamento suficientemente sólido para que no frágil equilíbrio da política concelhia, nos exija acima de tudo, uma postura de responsabilidade e respeito pelos interesses do concelho e dos munícipes. A reprovação do orçamento seria a pior das soluções para o concelho. Por isso votámos favoravelmente.

O orçamento é um orçamento realista e não inflacionado. Pela primeira vez no período democrático as verbas a ele alocadas correspondem às reais capacidades do concelho. A alteração nas verbas não definidas do PPI no valor anteriormente considerado de 42 milhões, para 20 milhões, é inequivocamente a prova disso, isto é, todas as rubricas com valor não definido podem ser de facto executadas porque esse valor existe de facto. Obviamente o orçamento é um documento dinâmico e isto obrigará a revisões futuras, que mais não fosse, para a integração do saldo de gerência de 2015.

Dos pontos fortes que queremos realçar destacam-se:

1. *a modernização administrativa, com uma verba superior a 1 milhão de euros;*
2. *a eficiência municipal, com uma verba próxima do meio milhão de euros;*
3. *o incremento das vantagens competitivas do concelho, com uma verba superior a 3 milhões e 200 mil euros;*
4. *a continuidade nos investimentos nas escolas do concelho, próximo dos 800 mil euros;*
5. *a sinalética e a comunicação outdoor com uma verba de 70 mil euros;*
6. *a junção da Semana do Design e Empreendedorismo à Bienal de Arte, com uma verba de 140 mil euros;*
7. *a promoção da saúde no concelho, com uma verba superior a 300 mil euros;*
8. *o investimento na habitação social, com uma verba superior aos 700 mil euros.*

Obviamente que reconhecemos pontos negativos, alguns dos quais nos obrigariam a uma opção diferente de voto, noutras circunstâncias políticas.
Continuam previstos no orçamento valores avultados que terão impacto zero no desenvolvimento concelhio e para os quais existem alternativas mais racionais, menos onerosas e que defendem melhor os interesses da comunidade, nomeadamente:

1. *o investimento num mercado de raiz, com uma verba próxima dos 2 milhões e 500 mil euros;*
2. *a construção de um centro escolar de raiz, com uma verba de 2 milhões e 700 mil euros;*
3. *a subsidiação exagerada da TUMG, com uma verba próxima dos 700 mil euros;*
4. *o não agravamento do IMI nos prédios devolutos e abandonados.*

No entanto, ainda há tempo e condições no decurso de 2016 de corrigir estes pontos negativos, nomeadamente:

1. *transformando o mercado para uma solução multinúcleo, no centro tradicional, e utilizando o edifício já existente – r/c do ATRIUM;*
2. *transformando a atual solução do centro escolar em múltiplos pequenos centros escolares baseados no já existente:*
   2.1. – o centro escolar da Embra, incluindo a piscina;
   2.2. – Picassinos;
   2.3. – Ordem.

O orçamento que agora votámos favoravelmente é um elemento fundamental da governação.
No entanto, tão ou mais importante, é a sua execução no decurso de 2016.
Como já afirmámos várias vezes, julgamos que o atual modelo de governação não permitirá a boa e cabal utilização dos meios expressos no orçamento.
Nesse sentido é obrigação do PS implementar soluções que permitam aumentar a capacidade de execução do orçamento."

PRESENTE
EM REUNIÃO DE
- 4 DEZ. 2015
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
- 4 DEZ 2015
CÂMARA DE MARINHA GRANDE

DECLARAÇÃO_140/2015	Marinha Grande 4 de Dezembro 2015	09:30	Agenda n.º 32

Assunto: Declaração de voto

2. PROPOSTA DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2016: GRANDE OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL E ORÇAMENTO

Esta proposta de orçamento não altera nada de substancial em relação à anterior mas apenas alterações cosméticas. Um bom exemplo é o enquadramento que levou umas frases citando os autores para enfeitar.
Esta proposta de orçamento apresenta uma despesa de investimento total de 24,5M€. Em relação à primeira proposta foram retirados 22M€, que correspondem a rubricas que tinham sido colocadas como objecto figurativo e que não havia nenhuma intenção de serem feitas. Apenas como exemplo: eficiência enérgica em jardins-de-infância, jardins de 1º ciclo, habitação social, e pavilhões desportivos; o centro escolar da Vieira; a requalificação da área envolvente à capela do Pilado; águas residuais no Boco, Passagem e Casal d'Anja, Albergaria, Pero Neto, Marinha Pequena; remodelação da estrada Marinha-Vieira e José Gregório; rede de abastecimento de água da Rua das Cavadas na Pedrulheira, da Rua dos Francos na Amieira, da estrada da Maceira em Picassinos; a requalificação ambiental do Rio Lis, da Ribeira de S. Pedro e arribas de S. Pedro; reabilitação de obras no estádio; a ligação da Estrada do Guilherme à Estrada da Maceira; requalificação da Rua dos Boiças, em S. Pedro; a aquisição e requalificação das antigas instalações da Mortenssen.

Continuamos no entanto com um valor de investimento definido de 4,4M€, logo existem mais de 20 milhões de euros de previsão de despesa de investimento, para a qual não temos definida verba. Como exemplo: oficina da música; centros escolares; pagamento dos 52 fogos do Camarnal; sistemas de águas residuais (Garcia, Pilado, Moita); construção de parque de veículos em fim de vida; construção de ecocentro; arranjos da rotunda do Atrium e Vidreiro; obras no edifício da biblioteca e no museu do vidro; beneficiação do espaço de recreio no Parque da Cerca; beneficiação da escola da Moita; beneficiação do Bairro Joao de Deus na Amieirinha ou da Rua do Repouso em Casal Galego, Rua da Sapinha na Moita; adutora dos Altos Picotes; ampliação da zona industrial da Marinha; construção do parque TIR; etc.

Estas rubricas apesar de mencionadas no orçamento como não definidas, não há qualquer indicação que serão para executar, e muito menos qual a prioridade com que serão feitas.

Para a piscina tem apenas um valor não definido de 170m€, duma previsão de custo de 3,7M€. Quanto ao mercado, está definido no PEDU um investimento de 2 Milhões de euros, no PPI define um montante de 3.303,00€ e depois temos um valor de € 10.803,00 para o projecto do mercado. Para além disso é referido no orçamento que para o "mercado municipal a candidatura prevê a possibilidade de construir o Mercado na zona dos actuais estaleiros municipais". Então candidatamos o mercado para um local e depois dizemos que pode não ser ali !!!! – temos aqui a comprovação de que está definido o local que este executivo permanente decidiu para o mercado. Aliás até o projecto já está a ser feito para aquele local. De que serve o Sr. Presidente andar a dizer que será posto a discussão pública, que "está tudo em cima da mesa", quando já está decidido ? Isto não é sério.

EM REU
- 4 DEZ 2015
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

No mapa de pessoal estão previstos mais seis lugares de técnicos superiores a criar em áreas como contabilidade e administração, gestão de empresas/contabilidade e auditoria, administração pública, turismo, engenharia civil/geológica/electrotécnica/ambiental. No entanto, não incluímos ninguém que permita constituir um gabinete municipal de apoio psicossocial (psicologia, sociologia, politica social, serviço social, etc...), nem mesmo para constituirmos o gabinete técnico de apoio ao associativismo (sociologia, desporto, etc.).

O Orçamento e as GOP (Grandes Opções do Plano) devem revelar e apontar a estratégia do município para os próximos quatro anos. Nos últimos três anos, sempre com este executivo permanente, tivemos várias definições (VISÃO) do que se pretende para este município, o que demonstra a incapacidade de definir correctamente o que é necessário para o concelho da Marinha Grande.

Em 2012, no documento "Objectivos Estratégicos de Desenvolvimento, PDM", diziam:
"Marinha Grande um concelho dinâmico virado para o futuro"

Em 2014, Março, em entrevista do presidente Alvaro Pereira, afirmava-se:
"A minha visão para o futuro é a de um concelho mais solidário, no qual as pessoas se sintam bem, em que o desemprego continue a sua marcha de redução, mas em que o emprego seja cada vez mais um emprego de qualidade, que dê o devido valor ao trabalho. A minha visão para o futuro é ainda a de um concelho que se afirma na região e no país pela sua forte dinâmica económica e em contínua melhoria da qualidade de vida dos seus residentes e daqueles que cá trabalham.

Em 2014, Abril, apresentaram um novo desígnio para o concelho:
"Marinha Grande centro da engenharia & design"

Neste orçamento para 2016 e como VISÃO que hoje têm para o concelho, definiram o seguinte:
"Marinha Grande, um território de inovação que aposta na melhoria evidente da qualidade de todos os serviços que presta"

É a demonstração clara que este executivo não tem uma VISAO para a Marinha Grande, tem várias, consoante sopra o vento. Mesmo assumindo o ultimo conceito de visão referido neste orçamento, não está claro como é que executando o que orçamentam pode fazer com que a Marinha Grande seja um território de inovação. O que aqui se apresenta é pouco inovador e deste modo é impossível que incuta na terra algo de novo. Aliás nem as infra-estruturas estruturantes estão assumidas como é o caso das piscinas; do desenvolvimento, infra-estruturação e acessibilidades da zona industrial; dos eixos rodoviários que retirem o trânsito (incluindo os camiões) do centro da cidade; restruturação da adutora dos Altos Picotes; não há verbas para apostar na criação de novos equipamentos sociais, medidas de apoio às famílias. Até o mercado que está previsto no PEDU para os estaleiros, este executivo permanente insiste em dizer que não sabe se irá ser concretizado ou em que local.
E quanto a executar o que colocamos no orçamento, também temos o passado para nos dizer que planeamento, cumprimentos de prazos e controlo dos procedimentos, é algo que este executivo permanente não consegue fazer, logo não basta orçamentar, tem de se executar. Apenas como exemplo podíamos falar das últimas obras, o Edifício da Resinagem que ainda hoje tem lacunas não resolvidas ou a Casa da Cultura que foi adjudicada em 2010 para 18 meses e foi inaugurada em Novembro 2014, ou seja demorou o dobro do tempo que era previsto.

Os objectivos estratégicos plurianuais estão estabelecidos como se tudo fosse uma prioridade, ora a estratégia serve exactamente para isso estabelecer prioridades. O PPI e o PAM são incongruentes com a missão, a visão e objectivos estratégicos plurianuais, não revelando o que se pretende obter a médio/longo prazo com os investimentos a realizar.

Em suma, não se vislumbram quaisquer políticas de desenvolvimento económico e social, de educação, uma preocupação efectiva por uma política desportiva e de planeamento cultural, uma aposta na dinamização do comércio e promoção do turismo, um cuidado no planeamento e na organização da Câmara Municipal numa lógica de uma administração moderna, próxima dos cidadãos. Na verdade esta segunda proposta de orçamento permite-nos concluir que 22 milhões de euros correspondiam a acções decorativas, o que ainda nos pode levar à reflexão sobre quantos mais euros existem nesta segunda proposta que possam ter a mesma função.

Que fique claro que as pseudo alterações agora apresentadas ao orçamento em nada alteram a sua essência não servem os interesses dos munícipes e não sei como é possível, ao analisar este orçamento, ver que algo vai ser diferente dos últimos 6 anos. Ficou no entanto uma questão em aberto, é como é que 1,5 vereadores vão poder executar qualquer orçamento.

Por não corresponder a uma ambição de desenvolvimento para a nossa terra, que garanta uma efectiva melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, voto contra a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano 2016.

Marinha Grande, 4 de Dezembro de 2015

O Vereador

Aurélio Ferreira

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
- 4 DEZ. 2015
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
- 4 DEZ. 2015
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

DECLARAÇÃO DE VOTO

Presente a nova proposta dos Documentos Previsionais para 2016, esperavam os vereadores da CDU que a mesma fosse substancialmente diferente daquela que mereceu a reprovação da maioria dos eleitos na Câmara Municipal da Marinha Grande.

Engano nosso. A proposta apresentada sofreu um "banho" de cosmética, mas no essencial manteve os mesmos erros da anterior.

1 – Tudo cabe na nova proposta, não havendo uma clara definição de prioridades para o Concelho;

2 – No Plano Anual de Investimentos (PPI), continua a manter-se uma absurda disparidade entre as verbas definidas de cerca de 4,3 milhões de euros, e as verbas não definidas de cerca de 17,7 milhões de euros.

Além do mais, o PS não acolheu as propostas da CDU e que tínhamos considerado essenciais para aprovar quaisquer Documentos Previsionais, concretamente:

1 – A melhoria do parque escolar em detrimento da construção dos Centros Escolares;

2 – A consignação de verbas significativas para a resolução do problema do saneamento básico;

3 – A inclusão de verbas definidas para o sistema de abastecimento de águas;

4 – A construção do Mercado Municipal;

Na anterior declaração de voto referimos: os vereadores da CDU aprovariam os Documentos Previsionais se os mesmos refletissem uma clara aposta estratégica e transmitissem um rumo claro para o desenvolvimento da Marinha Grande com a inclusão de medidas que diminuíssem as despesas de gestão corrente e incluíssem, de forma clara e objetiva, os montantes financeiros necessários.

As nossas propostas não foram contempladas e os Documentos Previsionais, embora com uma nova roupagem, continuam a ser mais do mesmo, de tal forma que, se apresentássemos a nossa anterior declaração de voto, a mesma continuaria a aplicar-se a esta nova proposta.

Pelos motivos anteriormente apresentados e pelos motivos expostos na presente declaração, o nosso voto contra.

Marinha Grande, 4 de Dezembro de 2015

Os Vereadores da CDU

Declaração de Voto

Na sequência da não aprovação dos documentos previsionais, ocorrida na reunião extraordinaria de 16 de Novembro, votámos favoravelmente os documentos previsionais para 2016, ora apresentados, depois de devidamente reformulados aceitando e inserindo algumas das criticas, observações e propostas formuladas pelos Srs Vereadores na referida reunião e em reuniões posteriores de auscultação aos mesmos.

Os documentos previsionais para 2016 apresentam tanto ao nível da receita como da despesa valores realistas e exequiveis, continuando a preocupação de alocar a poupança corrente para investimento. Nos documentos apresentados a poupança corrente representa cerca de 19% do total da receita. Comparando a receita corrente previsional com a despesa corrente afere-se uma poupança de 4.140.885 euros, cujo montante é afeto a despesas de capital no montante de 5.107.824 de euros.

Por outro lado nos documentos plurianuais são inscritos os investimentos em projetos submetidos ao Mais Centro no âmbito do Portugal 2020 cujo montante ultrapassa os 12 milhões de euros e financiamento esperado de 85% do investimento. As ações incluídas nos referidos projetos; beneficiação e construção de infraestruturas no âmbito da educação, da saúde, do desporto, habitação social, requalificação urbana, desenvolvimento económico, entre outros, muito contrubuirão para a melhoria das condições de vida da população e desenvolvimento do concelho.

As despesas inscritas em PPI, PAM e Orçamento sem plano representam 75,71% do total da despesa orçamental. Destacando-se destas:

Funções Gerais representam 17,73% do PPI e PAM e inclui entre outros despesas de serviços gerais, modernização administrativa, terrenos, edificios municipais, equipamento de transporte, maquinaria e equipamento, seguros, higiéne e segurança no trabalho, proteção civil, bombeiros;

Funções Sociais representam 54,43% do PPI e PAM, onde se inclui entre outros a educação, infância, saúde, segurança e ação social, habitação social, cultura, desporto, apoio a organizações, ordenamento do território, água, saneamento, higiene publica e limpeza urbana, parques e jardins;

Funções Económicas representam 14,78% do PPI e PAM onde se inclui entre outros a energia, parques industriais, iluminação publica, rede viária sinalização e sinaletica, comércio e turismo, marcados municipais;

Outras Funções – representam 13,06% do PPI e PAM e inclui as despesas de emprestimos bancários, protocolos e apoios às Juntas de Freguesia, associações de municipios e intermunicipais, associações diversas, empresas municipais, entre outras.

Por tudo isto e com o contributo de todos serviremos mais e melhor o Municipio e os Municipes pretendendo que o Concelho se torne cada vez mais um território apetecivel para viver, investir e visitar.

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
- 4 DEZ. 2015
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Marinha Grande, 4 de Dezembro de 2015

Os Eleitos do PS